

A DOR DA COR: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO NEGRO NO BRASIL

Olga Maria Lima Pereira
Mestre e doutoranda na temática etnicorracial
Técnico em Assuntos Educacionais - IFSUL-RS

1 INTRODUÇÃO

O mais forte nunca é suficientemente forte para ser sempre o senhor, senão transformando sua força em direito e a obediência em dever. Daí o direito do mais forte – direito aparentemente tomado com ironia e na realidade estabelecido como princípio... A força é um poder físico; não imagino que moralidade possa resultar de seus efeitos. Ceder à força constitui ato de necessidade, não de vontade; quando muito, ato de prudência (ROUSSEAU, 1983, p. 25).

O Brasil, considerado um dos países mais miscigenados do mundo, carrega em sua essência a cruel máscara da invisibilidade racial. Persiste o velho discurso da negação do racismo apoiado em pré-conceitos enraizados que insistem em afastar, mesmo que de maneira sutil, aquele ou aqueles que são diferentes: seja pelo tipo de cabelo, posição social ou pela cor de sua pele. Dessa maneira, se pode afirmar que, entre brancos e negros/pobres e ricos, as sequelas da escravidão permanecem maculando a trajetória de todos os homens que não aprenderam a conviver com a diferença.

Com o objetivo de demonstrar a importância de um olhar mais cuidadoso às afirmações de que o Brasil é um país onde a convivência entre brancos e negros se dá de forma harmoniosa, este artigo buscará trazer algumas colocações relevantes acerca do tema.

A partir de uma retrospectiva da história dos negros no Brasil, indícios da relação homem branco/homem negro se mostram relevantes para a discussão da invisibilidade do negro em nosso país. Inicialmente, analisando a vinda do negro, de forma traumática e contra sua vontade, é possível perceber a imagem que o homem branco fazia do homem negro, sequestrando-o de sua terra natal e forçando-o a trabalhar como escravos, além de se autodeclarar dono e/ou senhor desses, até então, homens livres. Tal postura permitiu as mais diversas atrocidades de homens contra homens já presenciadas no Brasil e sinalizou a primeira e, mais significativa, forma de destratar os diferentes: “a escravidão do homem por outros homens”.

Os negros, arrancados de seu país e separados de seus familiares, foram obrigados a suportar a arrogância do branco e também sua covardia, estando, durante o descarregar dos navios negreiros a mercê da coação, do chicote, do tronco e de correntes, além de serem transportados doentes, famintos e amontoados, tais como objetos, expostos à humilhação que, de forma patológica, alimentava o vazio da alma de seus futuros compradores.

Jamais saberemos até que ponto foi justificado os castigos impostos aos negros no Brasil, já que, os referenciais teóricos dos quais temos acesso, retratam, em sua maioria, apenas uma parte da história que, desconsiderando o não dito dos discursos escravistas, silenciaram os lamentos e os gritos de homens negros que perderam suas vidas em um país estrangeiro.

Assim, apesar desses fatos descritos acima terem ocorrido há décadas atrás, ainda hoje podemos perceber as arestas de uma escravidão silenciada. Basta uma simples situação pontual para nos depararmos com essas arestas: a significativa ausência de negros em instituições de ensino e os reduzidos “cargos de chefia”¹ por eles exercidos nas grandes empresas e indústrias brasileiras. Nas instituições de ensino a realidade é a mesma: um número relativamente baixo de alunos negros, se comparados com os alunos brancos, além da evasão escolar/universitária relativamente alta entre os negros que lá se encontram somada aos raros casos de êxito acadêmico. Porém, é importante afirmar que não é a dificuldade cognitiva que falta para esses alunos e, sim, a imutabilidade de uma realidade social que, ao menosprezar a educação como direito, naturaliza a dificuldade financeira da maioria dos negros em nosso país gerando as mais perversas desigualdades entre pessoas.

De certa forma e, de maneira bem contundente, os negros do Brasil passam a ser responsabilizados pelas diferenças que lhes foram impostas e, conseqüentemente, amargam diante da impotência e da boa vontade dos nossos governantes. Persiste uma ausência política que nada mais faz do que criar programas e projetos inclusivos que estão na contramão de uma realidade negada e silenciada diariamente. Os dirigentes do nosso país, antes de se preocuparem com fórmulas mágicas, incapazes de modificar a realidade dos negros no que se refere a sua ascensão profissional e acadêmica, precisam multiplicar esforços em busca de melhorias na educação básica desses alunos e na infraestrutura social a que estão condicionados e, que de modo significativo, é a verdadeira responsável pela evasão escolar. A maioria dos negros em nosso país é obrigada a trabalhar muito cedo para complementar à renda familiar.

2 EXOTOPIA² E ALTERIDADE: REFLEXÕES SOBRE O QUE ESTEVE AUSENTE NAS RELAÇÕES ESCRAVOCRATAS NO BRASIL

Bakhtin, pensador e filósofo russo, com muita sapiência deixa um alerta quanto a não se contentar com tudo que a história considera como acabado, quando afirma que “contentar-se em compreender e explicar uma obra a partir das condições de sua época, a partir das condições que lhe proporcionou o período contíguo é condenar-se a jamais penetrar as suas profundezas de sentido” (1992, p. 364).

Dessa forma, é preciso descontentar-se e mergulhar nas profundezas da história e dela extrair o que de fato ficou oculto, para, como Bakhtin (1992) salienta, não se condenar a permanecer na superficialidade dos temas debatidos. E para que isso ocorra de fato, é também necessário saber separar o objeto e o emotivo da pesquisa evitando, dessa forma, resultados que não representem os objetivos do trabalho. É imprescindível que se entenda que os atores das pesquisas são construídos e constituídos por ideologias e, portanto, não se deve lançar pré-conceitos ou juízos de valor de forma precipitada. Urge que se possa interpretar o enredo da história e as sequelas que permearam o

¹ “Cargos de chefia” foi colocado entre aspas para diferenciar a grande maioria de negros que se encontram nesses espaços assumindo apenas os trabalhos braçais.

² A exotopia é minha possibilidade de responder e, também, é minha obrigação de assumir minha responsabilidade. Ser responsivo e responsável são decorrências de minha extra localização em relação ao Outro. Disponível em <http://glossariandobakhtin.blogspot.com.br>.

teatro das relações humanas: onde o homem alimentou o desejo de possuir o outro tornando-o para sempre seu escravo.

Somente quando esse processo se concretiza é que a pesquisa encontra sua verdadeira forma. Quando o pesquisador se propõe a sair do individual e adentrar em outros universos se descobre que o que realmente permanece é aquilo que a história não soube ou não quis explicar. Saramago, em seu livro “O Conto da Ilha Desconhecida”, dizia: “é preciso sair da ilha para ver a ilha, que não nos vemos se não nos saímos de nós” (2010, p. 41).

Diante do exposto e do universo de explicações que tem servido para justificar a escravidão no Brasil não se pode desconsiderar dois fatores que fundamentaram as reflexões desse artigo: a) o Brasil precisava do trabalho braçal para seu desenvolvimento enquanto país recém-descoberto, no entanto, as formas como se deu a escravidão e as sequelas desse turvo período ainda permanecem como raízes de uma frondosa figueira: os anos passam, o progresso muda, mas a ideologia da supremacia branca continua se alastrando e fazendo novas vítimas; b) O homem negro é diferente apenas pelo pigmento de sua pele. Já foi comprovado, ainda que reine uma ironia diante desse aspecto, que geneticamente somos todos iguais. Foi preciso anos de pesquisas para fundamentar uma realidade negada e silenciada: a ciência apenas comprovava o que a ideologia continua justificando, ou seja, a dor pela cor.

Essas inquietações, longe de trazerem algum conforto, servem para fortalecer um emaranhado de questionamentos que os discursos de um Brasil Varonil não foram capazes de interpretar com profundidade: continua reinando em nosso país a “verdadeira” história brasileira conceituada pelos não ditos e por infinitas expressões que o homem branco fez questão de perpetuar?

O período escravocrata do Brasil nada mais fez do que tornar distante o próximo e elevar, a patamares mais altos, a despreocupação com a dor do outro. A ausência de alteridade presente nas relações entre senhores e seus escravos acabou sendo a grande responsável por um viver miserável e desprovido de respeito humano. A ambição e o desprezo pelo negro em nosso país acabaram privando a humanidade do exercício mais sublime de amor e preocupação com aquele ou aqueles que estão ao nosso redor, dificultando a aproximação entre brancos e negros e, conseqüentemente, roubando a possibilidade de se construir uma sociedade com pessoas melhores. Bakhtin (2009), com muita maestria enfatiza a importância do exercício de saber olhar o próximo como igual:

Quando contemplo no todo um homem situado fora e diante de mim, nos horizontes concretos efetivamente vivenciáveis não coincidem. Porque em qualquer situação ou proximidade que esse outro que contemplo possa estar em relação a mim, sempre verei e saberei algo que ele, de sua posição fora e diante de mim, não pode ver: as partes de seu corpo inacessíveis ao seu próprio olhar - a cabeça, o rosto, e sua expressão - , o mundo atrás dele, toda uma série de objetos e relações que, em função dessa ou daquela relação de reciprocidade entre nós, são acessíveis a mim e inacessíveis a ele. Quando nos olhamos, dois diferentes mundos se refletem na pupila de nossos olhos. Assumindo a devida posição, é possível reduzir ao mínimo essa diferença de horizontes, mas para eliminá-la inteiramente urge fundir-se em um todo único e tornar-se uma só pessoa (BAKHTIN, 2009, p. 154).

Infelizmente, o que os grandes senhores de engenho conseguiram enxergar foram os machucados superficiais dos corpos de centenas de negros que, longe de sua pátria, clamavam por uma justificativa para o consentimento de tamanha barbárie.

Jamais a supremacia branca se preocupou em saber o que se passara nos corações desses homens escravos e com que intensidade a dor da rejeição se tornara superior ao número de chibatadas. Como enfatizado por Marxwell (2005) “O pensamento humano não é de modo algum tão privado quanto parece, e tudo que é preciso para ler a mente de outra pessoa é a disposição de ler a sua própria” (2005, p. 6).

A análise do exposto por Marxwell provoca reflexões sobre o desconforto gerado pela escravidão e tenta, em vão, encontrar justificativas para tamanha atrocidade cometida entre os homens. Essa indisposição de não ler a sua própria mente é o sinalizador de mecanismos de uma ideologia econômica que não admitia outra visão a não ser a da unilateralidade do outro como objeto. Refletir sobre as atrocidades e a exploração desmedida contra o imenso contingente de escravos significava lançar mão do império econômico proveniente desse mercado humano. A conivência, o egoísmo e a total falta de afetividade presente nas relações entre brancos e negros continuam representando os motivadores de uma sociedade cada vez mais desigual. E essas desigualdades, semelhantes ao período escravocrata, continuam a penalizar o homem pelo simples pigmento de sua cor.

3 ESCRAVIDÃO, RACISMO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL: REFLEXÕES SOBRE A INVISIBILIDADE DO NEGRO NO BRASIL

Atitudes racistas são quase sempre apoiadas por crenças enormemente erradas a respeito dos Outros como um grupo. Acima de tudo, a hostilidade é crueldade baseada em algo que os Outros não têm o poder de mudar. Na medida em os Outros são levados a crer que isso deve ter um fundamento, o que tragicamente, acontece às vezes, isso vai direto ao coração de sua identidade: eles, e todos de que vieram, são irremediavelmente inferiores (LEVINE; PATAKI, 2005, p. 44).

Quando se estuda a história do Brasil, investigando determinados referenciais teóricos que tratam sobre a escravidão imposta aos negros e seus descendentes, é possível perceber um país constituído por sequelas que o tempo jamais será capaz de apagar: um solo brasileiro identificado pelo sangue derramado de milhares de africanos abruptamente sequestrados de seu país e coagidos a trabalhar em uma terra por eles desconhecida. Entretanto, não foi o desconhecimento dessa terra o motivo negativo que serviu para justificar a imensa barbárie da escravidão e, sim, a recepção e as diversas formas que o homem branco utilizou para impor sua vã soberania. Uma vez jogados em solo brasileiro, os negros e, todos os seus descendentes, ficaram à deriva dos maus tratos e das mais diversas formas criativas de invisibilidade humana. Destratados, não raras vezes, os negros escravos se questionaram o porquê de suas vidas serem inferiores a de um cavalo, por exemplo. Antonil (1950) consegue descrever esse viver miserável imposto pelo sistema escravista no Brasil:

No Brasil costumam dizer que para o escravo são necessários três pês, a saber: pão, pau e pano. E posto que comecem mal, principiando pelo castigo, que é o pau: contudo provera a Deus, que tão abundante fosse comer, e o vestir, como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer cousa pouca provada ou levantada; e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos; de que se não usa nem com os brutos animais, fazendo algum senhor mais caso de um cavalo, que de meia dúzia de escravos; pois o

cavalo é servido, e tem quem lhe busque capim, tem pano para o suor e freio dourado (ANTONIL, 1950, p. 55).

Diante das palavras de Antonil em relação ao tratamento dado aos negros escravos o que se pode perceber é o lamento sufocado daqueles que, arrancados de sua pátria, não conseguiram encontrar justificativas para uma sobrevivência tão miserável. Esse estrangeirismo, ou melhor, essa rejeição aos negros no Brasil foi o traço de um colonialismo que proveio de uma necessidade ilimitada de manter o escravo como objeto de uma exploração constante. Como afirma Cunha:

O escravo é assim, por excelência, um estrangeiro, não enquanto membro de uma outra comunidade da qual proveio, mas enquanto permanentemente alheio à comunidade que o escravizou. É alguém que deve ser mantido na sua condição de estranheza. É um outro. E é um outro que não pode ter lealdades próprias, mas apenas lealdades mediadas pelo senhor (Cunha, Manuela, Negros Estrangeiros, 2012, p. 21).

Esse distanciamento aliado a uma espécie de invisibilidade e coisificação serviria para justificar, num futuro não muito distante, outras formas de discriminação racial. A Abolição da Escravatura no Brasil, ocorrida aos treze dias do mês de maio de 1888, nada mais simbolizou que uma falsa liberdade: uma nova forma de rejeição da cor. Parafrazeando Carneiro (2012): O que esse tratamento da alforria revela é uma experiência de transformar o escravo em cliente, em agregado.

O período pós-escravocrata no Brasil passou a representar uma falsa relação amistosa entre brancos e negros e em nada neutralizou a supremacia de uma ideologia que persistia em destruí-los e gerar novas formas de violências físicas, morais e psicológicas. Julien Freund (1983, p. 98) conseguiu descrever, com muita propriedade, os mecanismos dessa invisibilidade imposta aos negros em nossa sociedade:

A violência consiste em uma relação de potência e não simplesmente de força que se desenrola entre vários sujeitos (no mínimo dois), sejam para forçar direta ou indiretamente o outro a agir contra a sua própria vontade e executar uma vontade que lhe é estranha, submetido a ameaças de intimidação, através de meios agressivos ou repressivos capazes de atacar a integridade física ou moral, os seus bens materiais ou suas ideias, seus valores, anulando suas resistências, sejam elas supostas ou deliberadas.

“Esse forçar direta ou indiretamente o outro a agir contra a sua própria vontade e executar uma vontade que lhe é estranha”, como bem sinalizado por Freund (1983, p. 98), nos faz refletir sobre a verdadeira peça teatral protagonizada pela Lei Áurea que, longe de oferecer a liberdade tão sonhada, foi à geradora de novos mecanismos de anulação e de desrespeito ao homem negro. O fato mais instigante verificado nesse período supostamente pós-abolicionista, foi à arquitetura de uma nova escravidão não menos branda que a dos açoites. A realidade, em sua essência, tem demonstrado que persiste um certo gosto pela permanência das desigualdades raciais. O negro, apesar de sua carta de alforria, não consegue derrubar o muro da invisibilidade construído pelo branco do período escravocrata. Ainda continua a negação de sua cor e de sua presença na sociedade brasileira. Um tipo de descartar que prevalece através de um silenciamento mais forte que as correntes e o tronco.

No período da escravidão o negro tinha consciência do seu não lugar, pois as relações entre senhores e escravos não escondiam de que lado estava à força e a

submissão. Hoje, essa desracialização sonega verdades, espaços e reconhecimento social. O negro e seus descendentes estão à deriva diante de uma nova senzala que persiste em não reconhecê-los, portanto, em nada se difere do não espaço subtraído e negado no período pré-abolicionista. Nas palavras de Levine (2005, p. 153) “o racismo envolve tanto a criação de uma diferença concreta entre pessoas “livres” e as escravizadas como a exploração imaginativa dessa diferença para intensificar o senso de liberdade do grupo privilegiado pela não escravidão”.

Seja qual for a justificativa para ignorar o negro como protagonista da história do país, o que realmente prevalece são as atitudes preconceituosas presentes nas relações sociais e distanciadas pela cor. Fanon ressalta que “quando me amam, dizem que o fazem apesar da minha cor. Quando me detestam, acrescentam que não é minha cor. Aqui ou ali, sou prisioneiro do círculo infernal” (FANON, 1983, p. 109).

Essa consciência de um aprisionamento histórico acaba ratificando não só o círculo vicioso de um racismo às avessas, bem como, servindo para naturalizar novas formas de destratar o negro. Por isso, é essencial que tenhamos em mente a ideologia da supremacia branca que, ao desconsiderar o sangue e o lamento dos escravos nas imensas lavouras de café, açúcar e algodão, permanece alimentando o quadro das desigualdades sociais no Brasil:

As humilhações devem a partir de então, ser consideradas consequências das sociedades de mercado sem limites, que, ao gerar ou fomentar o desenvolvimento de humilhações intensas, não estão em condições de respeitar a condição humana e de oferecer a todos seus membros condições de vida decente (HAROCHE, 2008, p. 168).

Franz Fanon, escritor de referência em assuntos que priorizam a crítica sobre os temas do período pós-colonial, levanta elementos pertinentes a uma reflexão por parte da sociedade sobre o verdadeiro papel imposto a todos os negros no Brasil e como eles se autoquestionam diante de uma história que os ignorou sob todos os aspectos:

Vim ao mundo, preocupado em dar um sentido às coisas, querendo ser na criação do mundo e eis que me descubro, objeto no meio de outros objetos. (...) eu paro, e o outro, através de gestos, atitudes, olhares, fixa-me como se fixa um preparado através de um colorante (FANON, 1983, p. 91).

Por mais fortes que possam parecer às expressões utilizadas por Fanon para descrever o sentimento de abandono e de não pertencimento dos negros numa terra chamada Brasil elas representam, em seus pequenos e valiosos versos, a verdadeira angústia daqueles que, em um passado não muito distante, foram duplamente explorados e excluídos. O mais instigante, diante do cenário que simbolizou a escravidão no Brasil, foi a necessidade doentia em distanciar e fazer do outro um ser não bem-vindo, entretanto, o mais perverso de toda a história do nosso país, recai no continuísmo de querer tratar o diferente como igual, ratificando a ideologia da indiferença. O negro sabe que é diferente na cor, no seu tipo de cabelo e no seu jeito extrovertido de ser, porém, não consegue conceber que as sequelas de uma escravidão inacabada consiga contaminar as relações humanas a ponto de invisibilizá-los através dos séculos.

4 CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou provocar algumas reflexões sobre a resistência do homem branco em acolher com dignidade a presença do negro e com ele conviver de maneira harmônica. Demonstrou, também, através de algumas referenciais que tratam da invisibilidade da outro pela cor de sua pele o quanto os homens ainda se encontram despreparados para conviver com os diferentes. Reforçou, através de alguns relatos sobre o modo como o negro é destrutado em nossa sociedade, a ideologia branca como a grande responsável pela discriminação racial do Brasil. De forma mais sistemática o artigo tentou pontuar a resistência descabida que o homem branco criou para distanciar e ignorar seu próximo. O conceito de alteridade, ingrediente fundamental das relações humanas, foi bastante explorado e serviu para demonstrar o quanto sua ausência tem afastado os homens. Foi discutido também a necessidade de se afastar da história e dos discursos construídos pelos não ditos e a partir de então, interpretar o significado de seus silenciamentos e as diversas formas que persistem em tornar o negro um estrangeiro em solo brasileiro.

5 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICOS

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. São Paulo: 1923, p. 35-55.

ARAÚJO, Luiz Carlos. Editorial de Estudos Bíblicos. **O Negro e a Bíblia: um clamor de justiça**. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 7-8.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo/SP: Martins Fontes, 2006.

BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. (Org.). **Bakhtin: novos conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. (Org.). **Bakhtin, Dialogismo e Polifonia**. São Paulo: Contexto, 2009.

BARRETO, Lima. **Um longo sonho do futuro: diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas**. Rio de Janeiro: 1993, p. 61.

BOCAYUVA, P. C. C.; VEIGA, S. M. Características do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro. In: **Afinal, que País é Este?** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BOSI, Alfredo. "Sob o signo de Cam". In: **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 246.

_____. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 146.

BURNS, Alan. **Le préjugé de race et de couleur**. Payot, 1949, p. 14.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

COSTA, Emília Viotti Costa. **A Abolição**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda. 1982, p.17.

Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.2, n.1, 2012.

COSTA, Haroldo (org.). **Fala, Crioulo:** o que é ser negro no Brasil. 3. ed. Revista e ampliada: Editora Record Ltda., 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da . **Negros, Estrangeiros:** os escravos libertos e sua volta à África. 2. ed., revisitada, ampliada. São Paulo: Companhia das Letras. 2012.

DAMÁSIO, Antônio. **Em busca de Espinosa:** prazer e dor na ciência dos sentimentos. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DIJK, Teun A. Van. **Racismo e discurso na América Latina.** São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 371.

DUARTE, Evandro C. Piza e outros. **Cotas Raciais no Ensino Superior.** Curitiba: Editora Juruá, 2009, p. 153.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito.** Campinas: Pontes, 1987, p. 20.

FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas.** Salvador: Editora EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe.** São Paulo: Editora Ática, 1978, p. 51.

FERREIRA, R, F. **Construtivismo na psicologia:** a busca de um novo paradigma. Cadernos de Estudos e Pesquisas UNIP, Ano 3, nº. 1-2, 1997, p. 1-20.

FREUND, Julien. **Sociologie du Conflit.** Paris: PUF, 1983, p. 98.

GAONKAR, Dilip Parameshwne. **Modernidades Alternativas.** New York: Routledge, 2002, p. 212.

GOFFMAN, Erwing. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GREIMAS, Algirdas Julien. “Os provérbios e os ditados”. In: **Sobre o sentido:** ensaios semióticos. Petrópolis: Vozes, 1975.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. (1999), “**Raça e estudo de relações raciais no Brasil**”. Novos Estudos Cebrap. 54:127-146, jul.

_____. **Classes, raças e democracia.** São Paulo: FUSP/Editora, 2002, p. 34.

_____. **Preconceito e discriminação.** São Paulo: FUSP/Editora, 2004, p. 34.

HAROCHE, Claudine. **A condição sensível – Formas e Maneiras de Sentir no Ocidente.** Trad. Jacy Alves Seixas e Vera Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: 2008.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil.** Editora UFMG, 2005, p. 69.

KOSHIBA, Luiz; MANZINI, Denise F. Pereira. **Atual História do Brasil.** 7. ed. São Paulo: 2008, p. 34.

Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.2, n.1, 2012.

LEVINE, Michael P.; PATAKI, Tamas (Orgs.). **Racismo em Mente**. Madras Editora Ltda., 2005.

MAGGIE, Yvone. Aqueles a quem foi negada a cor do dia: as categorias cor e raça na cultura brasileira. In: MAIO, Marcos (org). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro. Ed: Fiocruz, 1995, p. 225.

MAXWELL, William. **The Château**. New York: Knopf, 1961.

MENDES, Luiz Antonio de Oliveira. **Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravidão entre a Costa d'África e o Brasil**, apresentada à Real Academia de Ciências de Lisboa, 1793, Porto, Publicações Escorpião, 1977, p. 7.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História do Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2002.

MOURA, CLÓVIS. **História do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática S. A. 1994, p. 79.

OLIVEIRA, Mônica. **Discriminação racial e luta anti-racista no Brasil de hoje: um olhar a partir da dimensão institucional**. Apresentação feita em maio de 2008, em Salvador, durante seminário com CNCDR.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1994, p. 13.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV v. 2, n. 3, 1989, p. 5.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Pensadores).

_____. **Do contrato social**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Pensadores).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SARAMAGO, José. **O conto da ilha desconhecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SIMON, Maria Lúcia Mexias. **O Discurso Repetido a Propósito: escravidão africana**. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>. Acesso em: janeiro de 2012.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais**. Afinal do que se trata? Editora UFMG, 1999.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais**. Afinal do que se trata? Editora UFMG, 1999.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Ser negro no Brasil hoje**. São Paulo: Editora Moderna Ltda., 1987, p. 11-115.

Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.2, n.1, 2012.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Ser Negro no Brasil hoje**. São Paulo: Editora Moderna Ltda., 1987, p. 11.

VIDAL, Ademar. **O negro no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1940, p. 37. Instituto Observatório Social em Revista: 6. ed. 15/12/2006.

VIDAL, Ademar. **O negro no Brasil**: São Paulo: Civilização Brasileira, 1940, p. 37.